

Data: 08.01.2021

Titulo: 2021 — ASTROLOGIA AMBIENTAL

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Semanal Secção: Nacional Pág: 34





Qualidade Devida Luísa Schmidt sociedade@expresso.impresa.pt

## 2021 — ASTROLOGIA AMBIENTAL

este ano tremendo que passou, o ritual de inaugurar a agenda em 2021 tem um significado muito especial. Alguns marcos estão logo definidos. Teremos eleições presidenciais; a presidência do Conselho da União Europeia até junho; a Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos logo a seguir e, poucos meses depois, as eleições autárquicas.

A envolver esta sequência caseira, Joe Biden tomará posse como Presidente dos EUA, o que, seja quais forem os obstáculos, significará uma mudança na política internacional a todos os níveis e particularmente no ambiental.

2021 vai ser também o ano em que se farão sentir as temíveis consequências económicas e sociais da crise pandémica, pondo à prova as medidas locais, nacionais e internacionais de controle das suas piores consequências.

2021 trará também esperanças maiores na ciência e na tecnologia, pois, em 2020, neste domínio mudou-se claramente de patamar, para cima. De facto, as vedetas do ano passado foram a inteligência artificial e a biologia molecular aplicadas à vacina e à sequenciação de proteínas. O mundo das biomédicas só nos trouxe boas notícias e oxalá assim continue.

Voltando à terrinha, este é o ano de algumas oportunidades a não perder em termos de ambiente e a primeira de todas resulta da conjugação entre a consciência ambiental acrescida que a crise pandémica avivou e o Pacto Ecológico Europeu e as medidas que este propõe.

O país está hoje mais compenetrado de que as afetações ambientais globais e de proximidade exigem uma mudança de políticas públicas e de comportamentos individuais e coletivos. Ficou mais claro que as consequências trágicas da nova condição em que vivemos — pandémica — exigirão o restauro enérgico dos serviços de saúde, da proteção da Natureza e de rigorosa seriedade a todos os níveis, desde a investigação científica até às políticas locais, passando pela transparência na aplicação dos fundos comunitários.

As vulnerabilidades do país são cada vez mais bem conhecidas e os seus impactos são previsíveis com cada vez mais acuidade. Sabe-se bem a extrema fragilidade da nossa costa, tal como se conhece a área de maior suscetibilidade ao processo de desertificação no interior, assim como a condição dos nossos rios, em especial os internacionais, a diminuição grave da biodiversidade e a degradação dos quadros de paisagem e das áreas protegidas. Sabemos também os vícios crónicos do ordenamento do território — do urbano ao florestal.

Perante estas vulnerabilidades, contamos hoje com as novas políticas comunitárias que se apresentam muito mais integradas. São políticas que trazem esperança pelo enquadramento legal que proporcionam e pelos recursos financeiros que permitem mobilizar. Tudo coisas que não se podem desperdiçar. E estamos numa situação favorável para isso. Portugal dispõe de boa ciência, de uma sociedade civil hoje mais advertida e atenta, e de um plano de recuperação e resiliência debatido e aprovado.

Entre as presidenciais e as autárquicas, ou seja, entre uma das mais altas expressões de soberania e as mais diretas práticas concretas no terreno, desenha-se neste próximo ano, um campo de oportunidades, de promessas e debates. Que não se perca uma só migalha desta agenda, e que as dificuldades que se irão revelar nos sirvam para vincar a nossa determinação em desenhar e construir um futuro sustentável e inteligente.

A UE abre-nos oportunidades e cria-nos responsabilidade. O futuro está à vista e lê-se nas estrelas: as da bandeira europeia e as do firmamento se as soubermos ler...